

Intervenção sobre a Proposta nº 176/2017 - Demonstrações financeiras e Relatório de gestão 2016, na Assembleia Municipal de Lisboa de 9 de Maio de 2017

O executivo municipal apresenta-nos, através da proposta nº 176/2017, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2016 e seus anexos. Sobre os documentos, reconhecemos a qualidade na sua apresentação, mas, na sequência da análise do seu conteúdo, desejamos deixar alguns alertas e solicitar um conjunto de esclarecimentos suplementares para um conjunto de aspectos que nos suscitam preocupações e reservas, as quais passamos a elencar.

Constatámos que em 2016, o orçamento inicial aprovado foi de cerca de 724 milhões €, tendo ocorrido 27 alterações e uma revisão orçamental, corrigindo o valor de fecho do ano para 881 milhões €. A execução da receita saldou-se em 783,6 milhões €, com um incremento de 8,6% relativamente a 2015, e do lado da despesa totalizou 686,6 milhões €. Os Resultados Líquidos do Município atingiram os 58 milhões €.

É certo que, além da melhoria das receitas, a autarquia conseguiu diminuir a dívida em 52,6 milhões €, entre 2015 e 2016, bem como o passivo em 52,5 milhões €. Segundo as palavras do sr. presidente, a CML estará “mais sólida do ponto de vista financeiro e com menos riscos”.

Mas vamos ao cerne da questão: e os munícipes, em que percentagem contribuíram financeiramente para este encontro de contas e o que terão dele directamente beneficiado?

Em primeiro lugar, este crescimento da receita centrou-se, de acordo com a p. 83 do Relatório de Gestão, no mercado imobiliário especulativo, nos impostos, nas tarifas e na criação de 2 taxas: a Turística e a de Protecção Civil.

Assim, tal como no ano passado “**Os Verdes**” já previam, registou-se um aumento da carga fiscal, havendo um agravamento dos valores a pagar pelos lisboetas, algo que contestávamos, por considerarmos que o caminho não podia ser este. Constatou-se um aumento de 54,6 milhões € na cobrança de impostos e taxas, factor que mais contribuiu para o crescimento de uns indesmentíveis 14,3% das receitas da CML em 2016. Ao todo, a autarquia conseguiu arrecadar quase 640 milhões € no ano passado, ou seja, mais de 80 milhões do que em 2015.

Em segundo lugar, grande parte deste acréscimo em impostos e taxas, cuja receita fiscal disparou para mais de 120%, deve-se, sobretudo, ao crescimento da Derrama em mais 19 milhões €, do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) que aumentou 15 milhões €, com a habitação e a hotelaria a destacarem-se como as áreas de maior crescimento - nem era preciso ser vidente para o prever - e da TRIU (Taxa Municipal para Infra-Estruturas Urbanísticas) que cresceu 11 milhões €. Por seu lado, a Taxa Turística rendeu mais 9 milhões € do que no ano anterior, para além de outros impostos e taxas, cujas cobranças aumentaram 15 milhões

€. Ainda do lado dos impostos, a Taxa Municipal de Protecção Civil arrecadou mais 21,6 milhões €.

Ufa! Salve-nos N^a Sr^a de Fátima, dirão os munícipes mais católicos e, quiçá, até mesmo os não praticantes.

Em terceiro lugar, enquanto algumas empresas municipais, como a Gebalis e a EGEAC, obtiveram um resultado operacional de cerca de 1 milhão € e a SRU terá estabilizado, a EMEL (Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa) foi a que teve melhor desempenho, com um EBITDA (ganhos antes de impostos e amortizações) de 5 milhões €, valor que em breve deverá disparar com a total taxação do espaço público da cidade, de novo à custa dos munícipes, claro. De tal modo que, em 2017, a EMEL irá proceder a um aumento de capital no valor de 18 milhões €, no quadro da expansão da área de intervenção da empresa, a qual foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa.

Em quarto lugar, e de acordo com o sr. vereador das Finanças, a “redução muitíssimo significativa” do passivo do Município só não terá diminuído mais devido a um “conjunto de incidentes”, como os encargos relacionados com a extinta EPUL e as já esperadas obrigações com o processo Bragaparques.

Assim, se a CML terminou 2016 com um passivo menor do que em 2009, tal diminuição deveu-se à redução “do número de contingências que caíam sobre a CML”, como os processos da extinção da ex-EPUL, a alienação de terrenos no Vale de Santo António ou as acções judiciais que o Município manteve com o Colombo, persistindo ainda o litígio relativamente ao processo Bragaparques, tendo a CML sido notificada em Outubro de 2016 de que teria - por enquanto - de pagar uma indemnização de 138 milhões €, no âmbito do processo de permuta e venda dos terrenos do Parque Mayer e Entrecampos, processo viabilizado por todas as forças políticas em 2005, à excepção da CDU que foi a única que se lhe opôs.

Em quinto lugar, da análise dos documentos agora em discussão, podemos também constatar que a verba para a aquisição de serviços ultrapassou os 117 milhões € (p. 176 do Relatório). Ou seja, se continuam a faltar trabalhadores em algumas áreas da CML, haverá mais serviços contratados a entidades externas. Estamos, mais uma vez, perante a insistência em processos de externalização que “Os Verdes” contestam.

Do exposto, facilmente se conclui que Lisboa bateu recordes na cobrança de impostos, em grande parte, por muito ter beneficiado do dinamismo do mercado financeiro, mas é indesmentível que o benefício dos cidadãos foi assaz reduzido. Senão vejamos.

Em sexto lugar, um outro factor preocupante da política seguida pelo PS sobressai de uma abordagem objectiva às taxas de execução do PPI por objectivo ou programa (p. 183 do relatório), havendo um conjunto de 11 áreas, extremamente importantes, dum total de 18, cujo desempenho permaneceu abaixo dos 50%, com 5 eixos a situarem-se entre 39% e 48%, 2 entre 26% e 28%, 2 com 18% e 1 com 8,8%.

São disso exemplo os eixos ‘Cidade Segura’, ‘Serviços Urbanos de Qualidade’, ‘Direito à Educação’, ‘Espaço Público Amigável’, ‘Cidade Acessível para Todos’, ‘Cidade Solidária, Intergeneracional e Coesa’ ou a ‘Cidade Ecológica’, com os piores resultados a registarem-se nos eixos dos ‘Direitos Sociais’, ‘Direitos à Saúde, Desporto e Bem-estar’ e ‘Cidade da Inovação’, que estagnaram entre uns baixíssimos 8,8% e 18%. Que ilações políticas retira o sr. presidente dos fraquíssimos desempenhos dos seus vereadores com os pelouros da educação, da saúde, dos direitos sociais e do desporto? É que os munícipes quase nem deram pela sua existência durante este mandato.

Em anos anteriores já **“Os Verdes”** haviam sentido e alertado que os documentos apresentados pela CML expressavam opções do executivo que não resolviam os problemas da cidade e das pessoas. Mas o mais grave nem é o facto de tal se encontrar reflectido nos documentos, mas sim da persistência no erro e de ele ser sentido pelas pessoas no seu dia-a-dia.

É caso então para perguntar: o que tem vindo a falhar? Porque ficaram para trás as promessas eleitorais? Porque deixou o executivo de ter como seu objectivo fazer de Lisboa uma cidade para os cidadãos que cá vivem e trabalham, apenas se preocupando em torná-la mais atractiva para empreendedorismos e turistas?

É ou não verdade que a aposta deste executivo se dirigiu, de acordo com a p. 87 do Relatório, a “investidores internacionais, a par com os incentivos fiscais concedidos a estrangeiros, programas de autorização de residência para atividades de investimento (Vistos Gold) e o regime fiscal para residentes não habituais”? Reconhece ou não a CML que estas não passam de soluções transitórias e não sustentáveis para o futuro da cidade e, acima de todos os interesses financeiros, dos lisboetas? Para que serve sr. vereador ter as contas equilibradas se elas depois não têm reflexo na cidade e nas pessoas?

Com estas distorcidas prioridades, é fácil perceber quem fica a perder. Como afirmou o sr. presidente, o prioritário foi o “ponto de vista financeiro”, logo, não a qualidade de vida dos lisboetas. O executivo bem poderá agora iluminar a árvore das Contas com as suas ‘estrelas’ das Demonstrações Financeiras. Para os munícipes essa representa apenas a ‘árvore das patacas’, da obtenção de dinheiro fácil pelo Município à custa da bolsa do cidadão pagador.

J. L. Sobreda Antunes

Grupo Municipal de **“Os Verdes”**